

Artigo

Situações-limites e inéditos viáveis em contexto de privação de liberdade: o estado da questão

Limit situations and untested feasibility in the context of deprivation of liberty: the state of the question

Situaciones límite e inéditos viables en un contexto de privación de libertad: el estado de la cuestión

Cristiane Carmo dos Santos¹
José Jackson Reis dos Santos²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Vitória da Conquista, BA, Brasil

Resumo

O artigo inscreve-se no campo da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) em situação de privação de liberdade e busca responder à seguinte questão de pesquisa: Quais situações-limites e inéditos viáveis encontram-se presentes em produções científicas da EPJAI em contexto de privação de liberdade? Objetiva-se analisar situações-limites e inéditos viáveis em produções científicas da área em questão. Tendo como referência produções científicas publicadas na Revista Eletrônica de Educação, da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, com recorte temporal de 2011 a 2021, realizou-se um Estado da Questão, articulado à proposta da Técnica de Análise de Conteúdo. A análise dos dados foi realizada por meio de categorias presentes na obra de Paulo Freire, especialmente situações-limites e inéditos viáveis. Direitos Humanos, políticas públicas educacionais, formação de professores/as e práticas pedagógicas estão entre as temáticas mais abordadas nos estudos. Elenice Maria Cammarosano Onofre, Paulo Freire e Michel Foucault foram autores/as mais citados/as nos artigos analisados. A precariedade da infraestrutura física, a incipiente formação inicial e continuada dos/as profissionais, a elementar efetivação de direitos são situações-limites da educação em espaços de privação de liberdade. Os trabalhos indicaram, ainda, a necessidade de currículos específicos, construídos com base no cotidiano das práticas docentes vividas em espaços de privação de liberdade.

Abstract

The article is inserted in the field of Youth, Adult and Elderly Education (YAE) in situation of deprivation of freedom and seeks to answer the following research question: What limiting situations and untested feasibility are present in scientific productions of the YAE

¹ Docente da rede estadual de ensino do Estado da Bahia. Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisadora vinculada ao Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6581-7770> E-mail: cristiane.carmo@nova.educacao.ba.gov.br

² Docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-graduação em Ensino (Mestrado e Doutorado). Doutor em Educação. Coordenador do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9575-2683>. E-mail: jackson.santos@uesb.edu.br



in context of deprivation of freedom? The objective is to analyze limiting situations and untested feasibility in scientific productions in the area in question. Using as reference scientific productions published in the Electronic Journal of Education of the Federal University of São Carlos, São Paulo, with a time frame of 2011 to 2021, a State of the Question was carried out, articulated to the proposal of the Technique of Content Analysis. The data analysis was carried out using categories present in Paulo Freire's work, especially limit-situations and untested feasibility. Human rights, educational public policies, teacher training, and pedagogical practices are among the most addressed themes in the studies. Elenice Maria Cammarosano Onofre, Paulo Freire and Michel Foucault were the most cited authors in the articles analyzed. The precariousness of the physical infrastructure, the incipient initial and continuing training of the professionals, the elementary enforcement of rights are limiting situations of education in spaces of deprivation of liberty. The works also indicated the need for specific curricula, built based on the daily practice of teachers living in spaces of deprivation of freedom.

Resumen

El artículo se enmarca en el campo de la Educación de Personas Jóvenes, Adultos y Adultos Mayores (EPJAI) en situación de privación de libertad y busca dar respuesta al siguiente interrogante de investigación: ¿Qué situaciones límite e inéditos viables están presentes en las producciones científicas de la EPJAI en el contexto de privación de libertad? El objetivo es analizar situaciones límite e inéditos viables en producciones científicas del área en cuestión. Con base en producciones científicas publicadas en la Revista Electrónica de Educación, de la Universidad Federal de São Carlos, São Paulo, con un horizonte temporal de 2011 a 2021, se realizó un Estado de la Cuestión, articulado a la propuesta de la Técnica de Análisis de Contenido. El análisis de los datos se realizó utilizando categorías presentes en la obra de Paulo Freire, especialmente situaciones límite e inéditos viables. Los Derechos Humanos, las políticas públicas educativas, la formación docente y las prácticas pedagógicas se encuentran entre los temas más discutidos en los estudios. Los autores más citados en los artículos analizados fueron Elenice Maria Cammarosano Onofre, Paulo Freire y Michel Foucault. La precariedad de la infraestructura física, la incipiente formación inicial y continua de los/las profesionales, la realización elemental de los derechos son situaciones límite para la educación en los espacios privados de libertad. Los trabajos también señalaron la necesidad de planear currículos específicos, construidos a partir de las prácticas docentes cotidianas vividas en espacios de privación de libertad.

Palavras-chave: Educação de pessoas jovens, adultas e idosas, Inéditos viáveis, Privação de liberdade, Situações-limites.

Keywords: Education of young, adult, and elderly people, Untested feasibility, Deprivation of freedom, Limit -situations.

Palabras clave: Educación de personas jóvenes, adultos y adultos mayores, Inéditos viables, Privación de libertad, Situaciones límite.

1. Introdução

A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) situa-se como um lugar de disputa, negação e/ou afirmação de direitos, carregando consigo a marca da diversidade, das lutas por espaço nas políticas públicas, uma vez que o Código Penal brasileiro, em seu Artigo 27, determina que “[...] os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas



estabelecidas na legislação especial” (Brasil, 2017). A educação formal, realizada em escolas prisionais brasileiras, é fundamentalmente a EPJAI, permeada de especificidades e singularidades.

Historicamente, esta modalidade educativa foi negligenciada pelas políticas públicas, apesar de avanços nos marcos legais. Arroyo (2021) alerta sobre as persistências das hierarquias de classe, gênero e etnia tão perceptíveis nesse contexto. Para o autor, o percurso da EPJAI se confunde com a história de milhões de brasileiros, social e economicamente desfavorecidos, sendo eles, em sua maioria, negros, pobres e com baixa escolaridade.

A educação em espaços prisionais para pessoas privadas de liberdade tem provocado discussões e pesquisas pautadas em uma vasta documentação sobre a educação enquanto prerrogativa da legislação, tanto estadual, quanto nacional e internacional.

De acordo com Julião (2016), a legislação nacional, que normatiza a educação em espaços de restrição e privação de liberdade, é referência no âmbito da América Latina. No entanto, no tocante à efetivação, tais legislações encontram-se na esfera do elementar e do precário. Essa contradição entre o estabelecido e o aplicado reflete a desigualdade econômica brasileira cristalizada no sistema educacional, o que dificulta o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola pública, bem como a formação profissional para parte das pessoas com baixa renda, vulnerabilizando, assim, grande parcela da população. Estes indivíduos subalternizados, excluídos, sem o amparo escolar, sem a formação profissional, são, sem dúvida, mais suscetíveis à violência e a outros processos de exclusão social. O panorama carcerário brasileiro evidência, em índices, esta realidade e representa o seu reflexo.

Conforme levantamento do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2018, cerca de 11,7 milhões de pessoas foram detidas em prisões em todo o mundo, população comparável com a de países como Bolívia, Bélgica ou Tunísia (UNODC, 2018). Nos últimos 20 anos, a população carcerária teve um aumento de mais de 25%; destes, a maioria (93%) são homens. A pesquisa ainda indica uma taxa média de 145 prisioneiros a cada 100.000 pessoas no mundo (Krolak, 2019).

No âmbito internacional a intitulada “Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos”, também conhecida como Regras de Nelson Mandela, orienta os países signatários, sendo o Brasil um deles “[...] tanto quanto for possível, a educação dos reclusos deve estar integrada no sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar, sem dificuldades, os seus estudos” (UNODC, 2015, p. 33). Assim sendo, a educação em espaço prisional é uma garantia legal e um direito a ser assegurado.

No Brasil, em 2011, a população brasileira era de 192.379.287 habitantes e, em 2021, aumentou para 215.052.484 habitantes, um crescimento médio de 1,9 % ao ano. Neste mesmo período, a população carcerária cresceu de 514.582 para 833.170 pessoas presas, o que corresponde a uma elevação de 6,1% ao ano no número de encarceramento (IBGE, 2011; 2021).

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), no ano 2021, o Brasil apresentou crescimento de 7,3% na taxa da população prisional, o que equivale dizer que de cada 100 mil habitantes, em 2021, 384,7 estão presos. Deste contingente, 67,5% são pessoas negras e 46,3% são jovens entre 18 e 29 anos. O ABSP mostra também que o Brasil tem 2,7% dos

habitantes do globo e 20,4% dos homicídios, ou seja, dos 232.676³ casos, o Brasil tem 47.503 (Fórum..., 2021, 2022).

Contradições como essas, somados ao déficit de vagas nos presídios brasileiros, evidenciam a incoerência do sistema prisional brasileiro que, com sua política de encarceramento desumanizante, não tem conseguido sanar o problema da violência. (Onofre (2012; 2013).

Do exposto e situando-se no debate da educação em contexto de privação de liberdade, no presente artigo, analisamos a seguinte questão de pesquisa: Quais situações-limites e inéditos viáveis encontram-se presentes em produções científicas da EPJAI em contexto de privação de liberdade? O estudo vincula-se ao Grupo Colabor(Ação): estudos e pesquisas em educação de pessoas jovens, adultas e idosas e ao Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A base conceitual da pesquisa apoia-se em autores e autoras da área da educacional prisional e da educação popular, a saber: a) Freire (1987; 1992), ao discutir sobre educação transformadora, dialógica, “situações-limites” e “inédito viável”, categorias centrais mobilizadas no conjunto desse texto; b) Onofre (2012; 2013; 2014; 2019) e Onofre et al. (2021), especialmente no tocante ao papel da escola na prisão; Julião (2016), ao propor uma reflexão sobre a diferença entre escola *na* e *da* prisão.

Freire (1992) considerava imprescindível sonhar com uma educação transformadora, criadora de um outro mundo possível. Daí a esperança, essa categoria que permeia toda a sua obra e provoca a construção de “inéditos viáveis”, os quais são “[...] na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada, e quando se torna um ‘percebido-destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, [...] pode se tornar realidade” (Freire, 1992, p. 279).

O “inédito viável”, categoria inerente ao pensamento de Freire (1987), a qual se refere ao sonho, pode viabilizar a vocação natural do ser que é *Ser sempre Mais*. Segundo o autor, para alcançar e construir “inédito viável”, os sujeitos irrompem com “situações-limites”, adversidades impostas por um modelo opressor e neoliberal, que massacram os sujeitos e os transformam em números, dados, estatísticas, em um “*Ser Menos*”. Em suas palavras, essas pessoas “[...] encontram, em suas vidas pessoal e social, obstáculos, barreiras, que precisam ser vencidas. A essas barreiras ele chama de ‘Situações Limites’” (Freire, 1992 p. 277). Freire (1992) vislumbra, assim, na educação, a força transformadora capaz de dissipar da sociedade a opressão em que as “situações-limites” roubam a humanidade dos indivíduos e os transformam em coisas.

2. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o artigo apoia-se na perspectiva de Nóbrega-Therrien e Therrien (2004) e Bardin (2011). O que se entende por Estado da Questão (EQ)? Por que e como compreendê-lo na condição de metodologia de pesquisa? De que forma o EQ instrumentaliza a investigação sobre as produções científicas e análise de conteúdo (AC) na EPJAI no contexto

³ Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apenas 102 países declararam o número de homicídios em 2021 (Fórum..., 2022).

de privação de liberdade? Qual o panorama das publicações científicas a respeito dessa interface?

De acordo Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 7), “[...] a finalidade do ‘estado da questão’ é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. Na busca pela compreensão teórica da educação prisional na interconexão com a EPJAI, desafiemo-nos a encontrar ferramentas metodológicas que possibilitassem discussões e contribuições de pesquisadores e teóricos deste campo, “[...] e a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica” (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004, p. 8).

Neste aspecto, as ferramentas metodológicas EQ (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004) e a AC (Bardin, 2011) coadunam como importantes dispositivos de seleção, organização e análise de dados.

No EQ, os resultados necessitam relacionar-se ao tema abordado, evidenciando estudos a nível local, nacional ou internacional, como forma de delimitar o *corpus* do conhecimento de determinado campo e exigem serem separados cronológica e geograficamente, bem como de acordo com a relevância para o tema (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004).

Do acesso, catalogação e análise do conteúdo dos documentos, percorremos o caminho da técnica da AC apresentadas na obra de Bardin (2011) como estratégias investigativas, seguindo três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na sequência deste texto, apresentamos, portanto, o processo de desenvolvimento, articulado à interpretação e análise em cada fase indicada pela autora.

Na fase da pré-análise, buscamos delimitar o *corpus*, isto é, o conjunto dos documentos a serem submetidos aos processos analíticos (Bardin, 2011). Nesta etapa, para a escolha dos documentos, recorreremos à Revista Eletrônica de Educação (Reveduc), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, lançada em setembro de 2007.

A revista selecionada investiga, entre outros aspectos, temas relacionados à EPJAI, relevantes ao interesse do Grupo Colabor(Ação): estudos e pesquisas em educação de pessoas jovens, adultas e idosas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, do qual fazemos parte. Além disso, o referido periódico conta com a participação de pesquisadores/as com notoriedade no campo de educação para pessoas em situação de privação de liberdade, a exemplo da docente Elenice Maria Cammarosano Onofre, umas das principais referências no Brasil sobre a educação no cárcere.

Para seleção dos materiais de análise, definimos o período de 2011 a 2021. Justificamos esta escolha em razão da promulgação, em 29 de junho de 2011, da Lei de nº 12.433, que modifica a Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, “[...] para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho” (Brasil, 2011a, s.p.), conferindo ao educando, em situação de privação de liberdade, além do direito à educação, já garantido nas legislações LEP e a Constituição Federal (Brasil, 1984, 1988), a possibilidade de beneficiar-se da remição da pena pelo estudo e não precisar escolher entre o estudo e o trabalho, conferindo um caráter mais convidativo à escola em espaços prisionais.

Definido o período de seleção do material (2011-2021), o passo seguinte foi a localização e o levantamento quantitativo dos documentos, nas edições da revista, respeitando a demarcação temporal em ordem decrescente (2021-2011) e organizando-os de acordo com a proposta de publicação da revista, a saber: Conferências; Análise de imagem; Análise de material didático; Artigos estrangeiros; Artigos nacionais; Depoimentos; Debate; Ensaio; Entrevistas; Estudo de caso; Relato de experiência; Grandes autores e Resenhas.

3. Resultados iniciais: explorando o material

Interessando-nos pelos indicadores quantitativos, recorreremos à estratégia da leitura flutuante dos números selecionados (2011 a 2021) e, ao explorarmos o material, foram localizados 726 trabalhos⁴, dos quais 516 publicações são artigos nacionais, seguidos dos relatos de experiência (68), dos artigos estrangeiros (58), dos ensaios (29) e das resenhas (9). Chamou-nos a atenção o reduzido número de trabalhos envolvendo, por exemplo: estudo de caso (7), entrevistas (6), conferências (4), depoimentos (3), análise de imagem (2), debates (2), análises de material didático (1) e grandes autores (1).

De posse dessas informações, elaboramos um protocolo com critérios de inclusão (6 fatores) e exclusão (6 fatores) dos documentos (Quadro 1). Esta etapa foi descrita por Okoli (2019, p. 15) como “[...] um passo absolutamente crucial no processo de condução e relato de uma revisão de literatura de alta qualidade”, visto que incorporaria uma seleção mais criteriosa de quais documentos, dentre os 726, poderiam ou não favorecer à pesquisa sobre a EPJAI em situação de privação de liberdade.

Quadro 1 - Critérios para inclusão e de não inclusão de documentos⁵.

PROTOCOLO	
Fatores de inclusão	Fatores de não inclusão
Trabalhos com a temática “educação no cárcere”	Trabalhos com temas relacionados à socioeducação ⁶
Trabalho com a temática “educação escolar em contexto privação de liberdade”	Trabalhos com temas relacionados a atos infracionais cometidos por menores
Trabalhos com a temática “educação para pessoas privadas de liberdade”	Trabalhos sobre egressos do sistema prisional.
Trabalhos com a temática “EJA em contexto de privação de liberdade”	Pesquisas realizadas fora do território brasileiro.
Trabalhos realizados no território brasileiro	Trabalhos sobre mulheres em conflito com a lei.
Trabalhos escritos na língua portuguesa.	Trabalhos sobre remição pela leitura.

Fonte: os autores, pesquisa de campo.

Após utilização dos critérios anteriores, foram selecionados 18 (dezoito) trabalhos na Reveduc, estando estes assim distribuídos: a) 2013.1 - total de 5;

⁴ O número total de trabalhos foi obtido por meio de busca realizada na plataforma digital da revista no dia 15 de julho de 2022.

⁵ Quadro elaborado de acordo com modelo utilizado por Andrade, Santos e Gonçalves (2021).

⁶ O Código Penal Brasileiro (Brasil, 2017), Art.27, e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 104, consideram os menores de 18 anos inimputáveis, estando estes suscetíveis às medidas socioeducativas determinadas no ECA (Brasil, 1990). Assim, nossa opção em excluir trabalhos relacionados à socioeducação justifica-se por compreender a educação prisional para pessoas adultas a partir de 18 anos.

b) 2013.2 - total de 01; c) 2013.3 - total de 01; d) 2014 - total de 2; e) 2021 - total de 9. No quadro 2, são apresentados os referidos trabalhos.

Quadro 2 - Materiais selecionados conforme critérios utilizados.

Revista Eletrônica de Educação – UFSCar, v. 7, n. 1 (2013)					
Dossiê Temático: Educação em espaços de restrição e de privação de liberdade: desvelando caminhos, forjando políticas educativas					
5 documentos selecionados					
	Título	Autoria	Instituição	Tipo de produção	Código
1	Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação de liberdade	Elenice Maria Cammarosano Onofre	UFSCar	Artigo	ART01
2	A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos	Leandra Salustiana da Silva Oliveira; Elson Luiz de Araújo.	UEMS	Artigo	ART02
3	Juventude e educação nas prisões: demandas, direitos e inclusão	Eliane Ribeiro Andrade; Diógenes Pinheiro; Luiz Carlos Gil Esteves; Miguel Farah Neto.	UNIRIO	Artigo	ART03
4	Narrativas de presos condenados: um vocabulário da prisão	Selmo Haroldo de Resende	UFB	Ensaio	ENS01
5	A assistência educacional no sistema penitenciário federal: a penitenciária federal em Porto Velho/RO	Stephane Silva de Araujo; Maria Cecília Lorea Leite.	UFPeI	Relato de experiência	REX01
Revista Eletrônica de Educação – UFSCar v. 7, n. 2 (2013)					
01 documento selecionado					
1	A educação a distância como uma modalidade de ensino nas penitenciárias federais	Rafael Pitwak Machado Silva; Suemy Yukizaki; Benjamin Carvalho Teixeira Pinto	UFRRJ	Artigo	ART04
Revista Eletrônica de Educação – UFSCar v. 7, n. 3 (2013)					
01 documento selecionado					
1	Inflexões paradoxais: disputas e negociações na oferta de educação nas prisões de São Paulo	Felipe Athayde Lins de Melo.	UFSCar	Artigo	ART05
Revista Eletrônica de Educação – UFSCar v. 8, n. 2 (2014)					
02 documentos selecionados					
1	Modelagem no cárcere: educação matemática para a paz	Martha Joana Tedeschi Gomes; Ademir Donizeti Caldeira.	UFSCar	Artigo	ART06

2	Adoção de cidadãos presos e formação de professores para a prisão: ações de fraternidade política e direitos, aproximando a extensão universitária da ASCES e da UFPE no agreste pernambucano	Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão; Paula Isabel Bezerra Rocha Wanderley.	UFPE	Relato de experiência	REX02
Revista Eletrônica de Educação – UFSCar v. 15 (2021) jan./dez. Publicação contínua					
Dossiê Temático: Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos					
09 documentos selecionados					
1.	Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização.	Eli Narciso da Silva Torres; Timothy Denis Ireland; Susana Inês de Almeida.	FE/UNICAMP-UFPB	Artigo	ART07
2.	Educação em espaços de privação de liberdade no estado de São Paulo.	Marieta Gouvêia de Oliveira Penna; Isabel Malero Bello; Ana Carolina Colacioppo Rodrigues	Unifesp-UNISAN	Artigo	ART08
3.	Escola, cárcere e pandemia: o que pode uma educação filosófica?	Walter Omar Kohan; Márcio Nicodemos.	UERJ	Ensaio	ENS02
4.	Percepções de professores sobre crenças e valores sociais relacionados à profissão docente em escolas de unidades prisionais.	Alisson José Oliveira Duarte; Helena Ornelas Sivieri-Pereira.	UFTM	Artigo	ART09
5.	Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades.	Ana Karla Loureiro da Silva; Maria da Conceição Valença da Silva	UFAL	Artigo	ART10
6.	Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão.	Deivis Perez; Ruchelli Stanzani Ercolano.	UNESP	Artigo	ART11
7.	Expectativas e anúncios de educadores: des(en)cobrando a educação para pessoas em privação de liberdade.	Elenice Maria Cammorosano Onofre; André Luiz Pereira Alves dos Santos; André Santiago Baldan; Edla Cristina Rodrigues Caldas; Marcos Melo de Oliveira.	UFSCar	Artigo	ART12
8.	Tertúlia Literária Dialógica na prisão: experiência educativa freiriana para a humanização	Vanessa Cristina Giroto Nery; Vanessa Gabassa; Suellen Drummond Kler; Ana Maria da Silva	UFSCar	Artigo	ART13

		Barbosa			
9.	Quando todas as portas se fecham: um ensaio sobre direitos humanos e encarceramento	Juliana Cavicchioli de Souza; Renice Ribeiro Lopes; Débora Cristina Fonseca	UNESP	Ensaio	ENS03

Fonte: os autores, pesquisa de campo.

No quadro 2, codificamos e indicamos uma numeração para o material selecionado da seguinte forma: ART - para artigo; ENS - para ensaios; REX - para relato de experiência, totalizando assim: 13 (treze) artigos científicos (ART01 a ART13), 3 (três) ensaios (ENS01 a ENS03) e 2 (dois) relatos de experiência (REX01 e REX02).

Os 18 trabalhos selecionados foram importados para uma pasta específica da área de trabalho do computador com o nome “Trabalhos selecionados”, enumerados em ordem crescente anual, seguindo suas respectivas publicações. A relação de trabalhos permitiu uma maior visibilidade das temáticas desenvolvidas nas investigações, facilitando a identificação de informações relevantes como: tipologia do texto, palavras-chave, autoria, instituições de origem, localização geográfica das publicações, período das publicações, frequência de autores/as, temas centrais, metodologias utilizadas, principais resultados e conclusões.

4. Outros resultados e reflexões sobre os trabalhos

Os documentos, após serem lidos na íntegra, foram encaminhados para o *software* MAXQDA⁷ e organizados de acordo com a maior frequência dos temas encontrados. Esse *software* proporciona maior exatidão na extração dos dados, quanto à ocorrência dos temas, sendo eles, conforme afirmamos: 14 artigos, 3 ensaios e 1 relato de experiência, provenientes de 17 Instituições Superiores de Ensino (IES), destacando-se a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Estado de São Paulo, representando mais de 27,7% dos trabalhos, como indicado no quadro 3.

Quadro 3 - Instituições de Ensino Superior, siglas e quantitativo de publicações sobre a EPJAI no cárcere.

Instituição	Sigla	Quantitativo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	1
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	UERJ	1
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	1
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	1
Universidade Federal de Pelotas	UFPEl	1
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	1
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	4
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	1
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	2
Universidade Federal de São Paulo - Centro Universitário	UNIFESP-	1

⁷ “O MAXQDA é um software acadêmico para análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa e está disponível para sistemas operacionais Windows e Mac” (MAXQDA, 2022).

	UNISAN ⁸	
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	1
Universidade de Brasília; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal da Paraíba.	UnB/UNICAMP /UFPB	1
Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de São Carlos.	UNIFAL/ UFG/UFSCar	1

Fonte: os autores, pesquisa de campo.

Em relação à localização geográfica, especificamente o contexto no qual foram realizadas as pesquisas, as publicações distribuem-se nas regiões Norte⁹ 2 (duas), Nordeste 3 (três), Sudeste 11 (onze), Centro-Oeste 1 (uma) e Sul 1 (uma), distribuídos nas Unidades da Federação. Os estados de São Paulo (06), Rio de Janeiro (02) e Minas Gerais (03) se destacam em relação aos demais que apresentam um único trabalho com essa ênfase. A Região Sudeste se destaca com o total de 11 trabalhos. Todavia, identificamos que a Bahia, contexto de nossa investigação, não dispõe de pesquisas sobre o assunto no referido periódico, situando a participação do Nordeste nos seguintes estados: Alagoas, Paraíba e Pernambuco.

As pesquisas se concentraram mais fortemente em momentos nos quais a edição teve dossiês com temáticas prisionais, como nos anos de 2013 (*Educação em espaços de restrição e de privação de liberdade: desvelando caminhos, forjando políticas educativas*) e 2021 (*Educação em prisões: experiências educativas, formação de professores e de agentes socioeducativos*).

Dentre os autores mais frequentemente citados encontram-se Paulo Freire (129 vezes em 10 documentos), Elenice Maria Cammarosano Onofre (118 vezes em 12 documentos) e Foucault (1999) (38 vezes em 7 documentos), reafirmando a relevância dos/as autores/as citados/as para a análise da temática em questão.

No tocante às temáticas mais enfatizadas, destacamos: Direitos Humanos; políticas públicas educacionais; formação de professores/as para educação carcerária e práticas pedagógicas. A seguir, no quadro 4, socializamos título, centralidades e autoria dos 18 (dezoito) trabalhos selecionados, conforme codificação elaborada.

Quadro 4 - Título, centralidades e autoria dos 18 trabalhos.

	Título do Trabalho	Centralidades e autoria da pesquisa
1.	Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação de liberdade	"[...] como os professores lidam com as contingências do espaço e efetivamente são preparados para assumir as salas de aula da prisão?" (ART01, 2013, p. 148).
2.	A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos	"Este artigo visa fomentar as discussões sobre as dificuldades do ato de educar na prisão e para a construção de alternativas que visem à conscientização e aproximação de educadores, administradores, Poder Público e sociedade civil em uma ação conjunta" (ART02, 2013, p. 179).

⁸ A identificação do total de instituições envolvidas na pesquisa considerou a origem acadêmica de cada autor/a.

⁹ As pesquisas desenvolvidas na Região Norte estão vinculadas a instituições de ensino superior localizadas no Sul e Sudeste.

3.	Juventude e educação nas prisões: demandas, direitos e inclusão	“Discutir a situação e os direitos educacionais dos jovens privados de liberdade no Brasil, bem como os desafios para a legitimação do direito à educação nas prisões” (ART03, 2013, p. 229).
4.	Narrativas de presos condenados: um vocabulário da prisão	[...] perscrutar a extensão do educacional na prisão, identificando aspectos educativos/educacionais que transversalizam o cumprimento de penas privativas de liberdade (ENS01, 2013, p. 362).
5.	A assistência educacional no sistema penitenciário federal – a penitenciária federal em Porto Velho/RO.	“Tem-se como objetivo focalizar a inserção da Educação no interior de uma Penitenciária Federal, através de parcerias que vêm sendo executadas e alcançam atualmente índices diversos das demais prisões brasileiras, proporcionando assim, gradual inserção social dos apenados” (REX01, 2013, p. 395).
6.	A educação a distância como uma modalidade de ensino nas penitenciárias federais	“Contribuir para o debate em torno do tema a partir de reflexões em que se analisa a legislação e os trabalhos de especialistas” (ART04, 2013, p. 343).
7.	Inflexões paradoxais: disputas e negociações na oferta de educação nas prisões de São Paulo.	“Este artigo descreve alguns conflitos e negociações presentes no Programa de Educação nas Prisões de São Paulo, Brasil, executado pela Funap – Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (ART05, 2013, p. 143).
8.	Modelagem no cárcere: Educação matemática para a paz.	Esta pesquisa teve como objetivo verificar a possibilidade de trabalhar a Modelagem Matemática junto aos alunos-detentos do Sistema Penitenciário do Paraná, Brasil, na cidade de Curitiba e região metropolitana (ART06, 2014, p. 44).
9.	Adoção de Cidadãos Presos e Formação de Professores para a Prisão: Ações de Fraternidade Política e Direitos, aproximando a extensão universitária da ASCES e da UFPE no agreste pernambucano.	“Este artigo trata de analisar como dois projetos extensionistas – Adoção Jurídica de Cidadãos Presos (ASCES) e Formação de Professores para o Sistema Penitenciário (UFPE) – possibilitam desde 2001 (ASCES) e 2009 (UFPE) ações articuladas de cidadania e direitos humanos em uma unidade prisional do agreste de Pernambuco, Brasil” (REX01, 2014, p. 374).
10.	Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização.	“[...] demonstrar um breve panorama do encarceramento, o perfil das pessoas presas e dialogar com as principais legislações pertinentes à educação em locais de privação de liberdade” (ART07, 2020, p. 1).
11.	Educação em espaços de privação de liberdade no estado de São Paulo.	“[...] analisar aspectos da política estadual em São Paulo no que se refere à promoção da educação básica em espaços de privação de liberdade, nas prisões na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Fundação CASA, ensino regular (ART08, 2021, p. 1).
12.	Escola, cárcere e pandemia: o que pode uma educação filosófica?	Ensaio sobre as possibilidades de uma educação filosófica nas escolas no cárcere no atual cenário de pandemia no Brasil” (ENS02, 2021, p. 02).
13.	Percepções de professores sobre crenças e valores sociais relacionados à profissão docente em escolas de unidades prisionais.	“Esta pesquisa tem como objeto de estudo as percepções dos professores, isto é, a maneira pela qual sentem, compreendem e assimilam racionalmente e emocionalmente, comentários, gestos, expressões e outros modos de comunicação relacionados às crenças e valores sociais em torno da profissão docente em espaços de privação e restrição de liberdade” (ART09, 2021, p. 02).

14.	Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades.	“Este estudo teve como objetivo analisar dispositivos constantes no Plano Estadual de Educação nas Prisões (PEEP) do Estado de Alagoas relacionados à formação de professores/as das unidades prisionais” (ART10, 2021, p. 01).
15.	Encontros com a prática: instrução ao sócia como dispositivo de transmutação da docência em prisão	“Este artigo apresenta uma contribuição da psicologia social para o trabalho docente no campo da educação escolar realizada em estabelecimentos penitenciários, especificamente por intermédio da propositura de aplicação do dispositivo metodológico denominado instrução ao sócia (IS), contextualizado para a laboralidade de professores que atuam em prisões no Brasil” (ART11, 2021, p. 01).
16.	Expectativas e anúncios de educadores: des(en)cobrir a educação para pessoas em privação de liberdade	“A proposta deste artigo foi tecer, com base na escuta de atores e atrizes que atuam em atividades escolares e não escolares, em unidades de privação de jovens e de adultos, reflexões em busca de propostas para o campo da educação” (ART12, 2021, p. 17).
17.	Tertúlia Literária Dialógica na prisão: experiência educativa freiriana para a humanização	“O presente artigo tem como foco expor os resultados de um trabalho de extensão e pesquisa universitárias realizado entre 2018 e 2019 em uma unidade prisional localizada no interior de Minas Gerais” (ART13, 2021, p. 02).
18.	Quando todas as portas se fecham: um ensaio sobre direitos humanos e encarceramento.	“Este ensaio pretende estabelecer um paralelo entre o sistema penal destinado a adultos que infracionam e o sistema socioeducativo, destinado a atender adolescentes autores de ato infracional” (ENS03, 2021, p. 01).

Fonte: os autores, pesquisa de campo.

O quadro 4 e a leitura na íntegra dos trabalhos indicaram um panorama das principais temáticas abordadas nos estudos, conforme socializamos na tabela 1.

Tabela 1 - Principais temáticas abordadas.

Temáticas	Frequência da temática	Total de estudos em que a temática aparece
Formação de professores/as	243	11
Direitos Humanos	116	11
Políticas públicas	55	13
Currículo	50	10
Universalização da educação	28	04
Fracasso escolar	12	07
Precariedade (estruturas material e pessoal).	10	07

Fonte: os autores, pesquisa de campo.

A constância de tais temáticas indica os desafios da educação no contexto de privação de liberdade, exigindo que os/as profissionais ali atuantes ultrapassem as inúmeras *situações-limites* para construir *inéditos viáveis* (Freire, 1992).

5. Situações-limites e inéditos viáveis no cárcere: algumas inferências e interpretações

Nas construções interpretativas, conforme anunciamos, os dados foram

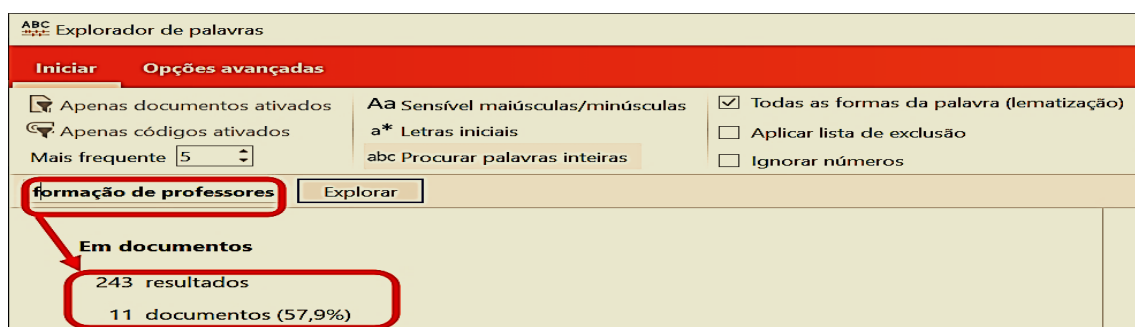
organizados e interpretados, tendo como referência, sobretudo, as categorias situações-limites e inéditos viáveis (Freire, 1992).

Adentrar na compreensão de tais categorias é um desafio e requer um retorno a duas obras de Paulo Freire, particularmente, *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987) e *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1992). Para Freire (1992), a história é feita de possibilidades e estas não se dão sem o sonho; sonho que anuncia, irrompe com situações-limites e colabora com a construção de inéditos viáveis.

Segundo Freire (1992, p. 106), “[...] as mulheres e os homens como corpos conscientes sabem bem ou mal de seus condicionamentos e de sua liberdade. Assim encontram, em suas vidas pessoal e social, obstáculos, barreiras que precisam ser vencidas”. A essas barreiras, desafios, ele chama de *situações-limites*. Nesse sentido, questionamos: Quais situações-limites e inéditos viáveis encontram-se presentes em produções científicas da EPJAI em contexto de privação de liberdade? Os 18 trabalhos selecionados contribuíram, dessa maneira, para imergir, de forma mais profunda, nesse questionamento.

As análises indicaram que as situações-limites no fazer pedagógico em contextos de privação de liberdade são mais recorrentes do que inéditos viáveis. A formação docente, em seus vários âmbitos, desponta como a temática mais relevante nas pesquisas analisadas, conforme podemos identificar na Figura 1.

Figura 1 - Print da tela do explorador de palavras MAXQDA.



Fonte: os autores, pesquisa de campo.

O resultado apresentado na Figura 1 foi obtido por meio do buscador de palavras do *software* MAXQDA, após a inserção do termo **formação de professores/as**, não fazendo distinções entre os termos iniciados ou não com letras maiúsculas, além de ativado o dispositivo de lematização.¹⁰ Em relação à categoria “situações-limites”, a formação inicial e continuada para docentes da EPJAI privados de liberdade encontra-se presente em 11 dos dezoito trabalhos analisados, sendo, portanto, a categoria mais expressiva. A título de exemplificação, ART01 (2013, p. 156) ratifica: “[...] a valorização do professor e a defesa da formação específica para atuar em escolas de unidades prisionais é tarefa urgente em nossa agenda de desafios e tarefas [...]”.

De acordo com dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), publicados no ano de 2021, existem 4.957 professores/as atuantes em unidades penais em todo o Brasil. Destes, 2.541 têm contratos temporários, 458 são terceirizados/as, 111 têm cargo comissionado e

¹⁰ “Ato ou efeito de lematizar; ação de agrupar, sob uma única forma, todas as formas que podem ter uma unidade de significação nos dicionários e afins” (Houaiss Corporativo, 2022).

1.847 são efetivos/as. Esses dados corroboram com a preocupação dos/as autores/as quanto a esta temática, uma vez que o quadro de professores/as temporários/as e terceirizados/as é maior que o número de professores/as efetivos/as, indicando que a rotatividade desses/as profissionais é constante e pouco participam de cursos de formação específica.

Em contraste com o que determina o Decreto nº 7.626 - Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional, no sentido de “[...] contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional” (Brasil, 2011b, s.p.), o ART09 apresenta um diagnóstico da educação prisional no Brasil, ponderando sobre a universalização da educação nas prisões brasileiras, sobre a relação tênue entre a superlotação das prisões e a qualidade da educação oferecida, bem como quem são os sujeitos aprisionados e a quais condições, muitas vezes desumanas, estão submetidos. O ART09 reconhece os avanços normativos, contudo, paralelamente, identifica que a sua efetivação tem sido muito elementar.

Do mesmo modo, a elementar formação inicial e continuada de docentes, conjuntamente com os/as demais profissionais que trabalham em estabelecimentos com pessoas em privação de liberdade, associada à falta de investimento em políticas mais qualificadas e de longo prazo (ART01), remete a reflexões sobre o papel da escola na prisão. A autora do ART01 enfatiza outra “situação-limite” encontrada pelo docente atuante em escolas no âmbito prisional: a perda de identidade, comparando a entrada desses docentes nas instituições penais ao ingresso dos internos, que têm suas identidades sucumbidas ao precisarem adequar-se às normas de segurança específicas de cada unidade, o que a faz problematizar conceitos como “territorialização” e “desterritorialização”. Afirma ART01 que precisam abandonar suas identidades e adequarem-se a um novo modo de viver, falar e de se comportar para sobreviver no cárcere.

Neste viés, a formação inicial, continuada e específica para o exercício da docência na modalidade EPJAI, sobretudo no âmbito prisional, perpassa pelas duas categorias analíticas discutidas neste artigo. Isto porque os trabalhos evidenciam uma preocupação autêntica com a formação de um sujeito crítico-reflexivo.

No que diz respeito aos inéditos viáveis, os trabalhos corroboram com as ideias do ART01 (2013) sobre a intensificação e amadurecimento das pesquisas no campo da EPJAI, demandando políticas públicas específicas, capazes de contribuir para a transformação da realidade de todas as pessoas jovens e adultas, possibilitando a condição cidadã de participação no mundo da cultura escrita, em condição de igualdade, uma vez que a educação se constitui como um Direito Humano Universal.

As inúmeras “situações limites” que os sujeitos da EPJAI enfrentam em seus percursos de vida, principalmente as pessoas privadas de liberdade, revelam negações de direitos civis e sociais, dentre eles, o Direito Humano Universal à educação, temática que ocupa o segundo lugar dentre os trabalhos analisados. Foi possível observar uma consonância dos/as pesquisadores/as sobre a pouca oferta da educação em prisões correlacionada à precariedade das estruturas físicas. Construções antigas e as atuais não revelam a importância de um espaço dedicado à escola que, muitas vezes, precisa adaptar celas transformando-as em salas de aula.

O ART02 (2013, p. 188) destaca que “[...] apesar dos dispositivos legais

existentes que evidenciam o direito do preso de ter acesso ao trabalho e à educação, apenas uma pequena parcela da população carcerária trabalha ou estuda”. Conforme os dados do Sisdepen, o número de presos com acesso a atividades educacionais, no período de janeiro a junho do ano de 2021, correspondia a 40% da população carcerária. Contudo, com um olhar mais apurado, na mesma base de dados, foi possível perceber que esses números podem ser entendidos de outra forma, uma vez que são contabilizados como educacionais quaisquer atividades relacionadas à prática de lazer, cultura, videoteca, remição de pena pela literatura, além de ser possível a matrícula concomitante de uma mesma pessoa em mais de uma dessas atividades. Com acesso à matrícula na educação formal (educação básica e ensino superior), este número corresponde a 9,88% no mesmo período (Brasil, 2021).

Como frisado anteriormente, a pouca oferta de matrículas no espaço prisional revela a negação do direito à educação. Tal situação-limite vincula-se a um rol de outros direitos sociais subtraídos desses sujeitos que, em sua maioria, são pessoas excluídas e desfavorecidas.

É importante destacar que não há pretensão de afirmar que todos aqueles que praticam atos infracionais tiveram seus direitos negados ou negligenciados, mas pretende-se desvelar as injustiças sociais e o descaso governamental com a população encarcerada, composta, em grande parte, por pobres e negros; apontando alguns dos fatores que, possivelmente, contribuem para que adolescentes e adultos cheguem às instituições de privação de liberdade (ENS03, 2021, p. 2).

Nesta mirada, a negação de direitos também contribui para o alto número de encarceramento observado no Brasil, encarceramento este que detém, majoritariamente, pessoas negras e pobres, conforme afirma Onofre (2007, p. 12): “Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida”.

Neste percurso, os estudos, apesar de apresentarem mais situações-limites em diferentes aspectos, podem ser compreendidos, notadamente, como uma tomada de consciência, ou seja, ao passo que são denunciadas as incoerências do sistema educacional no âmbito prisional, abrem também um panorama para refletir sobre o *vir a ser* e as possibilidades de inéditos viáveis no cárcere. Não se trata de esperar no vazio, mas, compreendendo as situações-limites que atravessam a prática pedagógica em espaços profissionais nas celas de aula, construir caminhos de superá-las.

Conscientes dos desafios identificados, torna-se necessário planejar e desenvolver políticas públicas que efetivem uma “[...] educação emancipatória, como um direito humano fundamental pode retirar muitos sujeitos dos portões dos presídios e unidades de internação” (ENS03, 2021, p. 12).

Nesse diapasão, encontra-se outra temática abordado entre os dezoito trabalhos investigados: o fracasso escolar. O ART07 ressalta que o público da educação em prisões são pessoas jovens, adultas e idosas que não tiveram a oportunidade, em sua maioria, de completar a educação básica, compondo-se assim uma modalidade educativa que “[...] possui necessidades específicas de aprendizagem condizentes com as suas características, as suas peculiaridades

e suas perspectivas futuras” (ART07, 2021, p. 10).

O tema currículo, recorrente em 10 (dez) dos 18 (dezoito) trabalhos, enquanto situações-limites, depara-se com propostas engessadas, o que provoca o desenvolvimento de práticas curriculares marcadas, sobretudo, com uso de materiais didático-pedagógicos construídos para outras modalidades educacionais que são adaptadas ou mesmo transferidas para EPJAI prisional, dando uma conotação bancária à educação nesses espaços (Freire, 1987). Neste aspecto, afirma ART02 (2013, p. 185): “[...] as propostas pedagógicas, os planos de ensino e os currículos escolares necessitam ser revistos a fim de que eles atendam as especificidades, as diferenças culturais e étnicas de cada grupo social”.

O ART10 (2021) propõe uma discussão focalizada na implementação da EPJAI nos currículos das instituições de educação do ensino superior que oferecem cursos de licenciatura, destacando a necessidade de discussões efetivas sobre formação docente e construção de currículo vivo, construído no cotidiano. Dessa forma, o currículo eclode como um inédito viável potencializador de saberes da experiência, favorável à formação integral do ser humano.

Todos os fatores citados que dificultam a efetivação do direito humano à educação para as pessoas privadas de liberdade perpassam pela precariedade da estrutura física das instalações destinadas à escola, assim como pela inadequada (ou inexistente) formação profissional para atuação no cárcere.

6. Considerações finais

No conjunto da análise dos 18 trabalhos, percebemos uma lacuna no que diz respeito às práticas pedagógicas realizadas diretamente com internos do sistema prisional. Nesse viés, localizamos somente um trabalho relacionado com um grupo de internos do sistema prisional, o ART07. O estudo relata práticas pedagógicas desenvolvidas junto a um grupo de seis estudantes internos, utilizando a abordagem da pesquisa-ação para evidenciar vivências docentes no campo da modelagem matemática.

Entre os conceitos mais utilizados, o “diálogo” aparece em 70% dos documentos (14 trabalhos), sendo considerado fator imprescindível para a educação realizada nas prisões.

A investigação documental, por meio do EQ, apontou um panorama dos estudos relativos à EPJAI em espaço de privação de liberdade, tornando possível perceber situações-limites semelhantes, mesmo com perspectivas metodológicas e contexto de pesquisa distintos. A precariedade da infraestrutura física, a incipiente formação inicial e continuada dos/as profissionais, a elementar efetivação de direitos, já há décadas presentes na legislação nacional, são obstáculos da educação em espaços de privação de liberdade.

Os 18 (dezoito) estudos analisados, em algum momento, discutem a efetivação dos direitos expressos na legislação brasileira no tocante à educação em espaço de privação de liberdade. De modo geral, todos os textos coadunam com o pensamento do ART1(2013), o qual ratifica a estreita relação entre a negação/violação dos Direitos Humanos e o ingresso nas instituições de privação de liberdade, problematizando a “criminalização da pobreza” (Wacquant, 2003, p. 94). Wacquant (2003, p. 94) afirma: “[...] a destruição deliberada do Estado social e a hipertrofia súbita do Estado penal [...]” é um

processo concomitante e complementar.

Nessa diretiva, os trabalhos indicam a necessidade de currículos específicos (no plural) capazes de considerar as demandas do cotidiano da educação em espaços de privação de liberdade. Relacionados às discussões curriculares, nove trabalhos correlacionam a precariedade das infraestruturas físicas e de inadequada formação docente como entraves para a efetivação de uma educação de melhor qualidade no contexto prisional.

De acordo com Oliveira e Araújo (2013), a educação escolar é uma realidade na maior parte das unidades prisionais brasileiras. No entanto, estas estruturas são precárias e padecem com a falta de apoio governamental e de muitos gestores dessas instituições que priorizam, em geral, segurança, disciplina e fiscalização na formulação de políticas públicas específicas.

Referências

ANDRADE, Eliane Ribeiro; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; FARAH NETO, Miguel. Juventude e educação nas prisões: demandas, direitos e inclusão. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 228–247, 2013. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/702>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ANDRADE, Fonseca Felix de D.; SANTOS, Jackson Reis dos J.; GONÇALVES, Eugenio B. The approach to the multiple dimensions of teaching in youth adults education in strict sensu researches undertaken between 2009-2020: a systematic literature review. **International Journal of Development Research**, [S.l.], v. 11, p. 1-7, mar. 2021. Disponível em:

<https://www.journalijdr.com/approach-multiple-dimensions-teaching-youth-adults-education-strict-sensu-researches-undertaken>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ARAÚJO, Stephane Silva de; LEITE, Maria Cecília Lorea. A assistência educacional no sistema penitenciário federal – a penitenciária federal em Porto Velho/RO. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 395-415, 2013. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/675>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2021. 294p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. 227p.

BRASIL. Decreto Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal (LEP). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Poder Executivo, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17210.htm. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL [Constituição]. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. **Legislação Republicana Brasileira**, 1998. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Lei ordinária n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 17 maio 2022.

BRASIL. Lei ordinária n.12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a lei n. 7210/84 de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a remição da pena por estudo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n. 473, de 2017. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa. **Legislação penal**, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7313311&disposition=inline>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). **Dados estatísticos do sistema penitenciário**. Brasília, DF: SNPP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena Ornelas. Percepções de professores sobre crenças e valores sociais relacionados à profissão docente em escolas de unidades prisionais. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4588>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)**. Viena, Áustria: UNODC, 2015. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). **Relatório global sobre o tráfico de pessoas**. Nova Iorque: Nações Unidas, 2018. ISSN: 2411-8443. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/TiP_PT.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.



FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (OnG Brasil). **Anuário brasileiro de segurança pública**, n. 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-15/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (OnG Brasil). **Anuário brasileiro de segurança pública**, n. 16., 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 302p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 245p.

GOMES, Martha Joana Tedeschi; CALDEIRA, Ademir Donizeti. Modelagem no cárcere: Educação matemática para a paz. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 44-57, 2014. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/598>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HOUAISS CORPORATIVO. **Dicionário**. [s/d]. Disponível em: <https://www.houaiss.net/corporativo/conheca.php>. Acesso em: 16 jul. 2022.

IBGE. **Estimativa populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011. Acesso em: 30 ago. 2022.

IBGE. **Estimativa populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=estimativa+de+popula%C3%A7%C3%A3o+2021>. Acesso em: 30 ago. 2022.

JORDÃO, Maria Perpétua Socorro Dantas; WANDERLEY, Paula Isabel Bezerra Rocha. Adoção de Cidadãos Presos e Formação de Professores para a Prisão: Ações de Fraternidade Política e Direitos, aproximando a extensão universitária da ASCES e da UFPE no agreste pernambucano. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 373-387, 2014. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/668>. Acesso em: 30 ago. 2022.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da Prisão? **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tQrmp78mcFp47TrN4qhhtHm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

KOHAN, Walter Omar; NICODEMOS, Márcio. Escola, cárcere e pandemia: o



que pode uma educação filosófica? **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-15, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4436>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KROLAK, Lisa. **Books beyond bars**: The transformative potential of prison libraries. Hamburg: UIL, 2019.

MAXQDA. **Software para a análise de dados qualitativos**. 2022. Disponível em: <https://www.maxqda.com/brasil/software-analise-qualitativa>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MELO, Felipe Athayde Lins de. Inflexões paradoxais: disputas e negociações na oferta de educação nas prisões de São Paulo. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 143-161, 2013. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/614>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NERY, Vanessa Cristina Giroto; GABASSA, Vanessa; KLER, Suellen Drumond; BARBOSA, Ana Maria da Silva. Tertúlia Literária Dialógica na prisão: experiência educativa freiriana para a humanização. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4678>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5–16, 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148>. Acesso em: 30 ago. 2022.

OKOLI, Chitu. Guia para realizar uma revisão sistemática da literatura. Tradução: David Wesley Amado Duarte. Revisão técnica e introdução: João Mattar. **EaD em Foco**, v. 9, n. 1, e748, 2019. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/748/359>. Acesso em: 30 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.748>.

OLIVEIRA, Leandra Salustiana da Silva; ARAÚJO, Elson Luiz de. A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 177–191, 2013. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/633>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). **Educação escolar entre as grades**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2007. 160p.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada. In: DA SILVA LOURENÇO, Arlindo; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. 2. ed. São Carlos, EdUFSCar, 2012. p. 267-285.



ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Políticas de formação de educadores para os espaços de restrição e de privação de liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 137-158, 2013. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/678>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ONOFRE, Elenice Mari Cammarosano. **Educação escolar na prisão: o olhar de alunos e professores**. 1. ed. Jundiaí: Paço Editorial, 2014. 196p.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar em prisões: brechas, apostas e possibilidades. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 99-108, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7136940>. Acesso: 17 jan. 2022.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; SANTOS, André Luiz Pereira Alves dos; BALDAN, André Santiago; CALDAS, Edla Cristina Rodrigues; OLIVEIRA, Marcos Melo de. Expectativas e anúncios de educadores: des(en)cobrimos a educação para pessoas em privação de liberdade. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-21, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4731>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PENNA, Marieta Gouvêia de Oliveira; BELLO, Isabel Malero; RODRIGUES, Ana Carolina Colacioppo. Educação em espaços de privação de liberdade no estado de São Paulo. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-20, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4367>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PEREZ, Deivis; ERCOLANO, Ruchelli Stanzani. Encontros com a prática: instrução ao sócio como dispositivo de transmutação da docência em prisão. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-20, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4748>. Acesso em: 30 ago. 2022.

RESENDE, Selmo Haroldo de. Narrativas de presos condenados: um vocabulário da prisão. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 1, p. 361-368, 2013. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/684>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SILVA, Ana Karla Loureiro da; SILVA, Maria da Conceição Valença da. Formação de professores/as no sistema prisional do Estado de Alagoas: avanços, limites e possibilidades. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4757>. Acesso em: 30 ago. 2022.



SILVA, Rafael Pitwak Machado; YUKIZAKI, Suemy; PINTO, Benjamin Carvalho Teixeira. A educação a distância como uma modalidade de ensino nas penitenciárias federais. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 7, n. 2, p. 343-358, 2013. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/672>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SOUZA, Juliana Cavicchioli de; LOPES, Renice Ribeiro; FONSECA, Débora Cristina. Quando todas as portas se fecham: um ensaio sobre direitos humanos e encarceramento. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1–20, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4638>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TORRES, Eli Narciso da Silva; IRELAND, Timothy Denis; ALMEIDA, Susana Inês de. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-16, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4696>. Acesso em: 30 ago. 2022.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução: Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 157p.

Enviado em: 20/07/2022 | Aprovado em: 12/10/2024

